

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

DENIS TAMION

Apropriação social do espaço através da nascente do Córrego
Ponte Rasa: O Pesqueiro Jardim Coimbra

Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
da Universidade de São Paulo

Orientadora: Prof. Dr. Simone
Scifone

São Paulo

2017

Resumo

Este trabalho visa estudar a relação sócioespacial com a nascente do córrego Ponte Rasa e por meio dela entender o espaço a partir da historicidade de seus usos. Acredita-se que com este método é possível acessar outras camadas temporais do espaço - invisíveis ao nível da forma - e que este movimento revela importantes informações sobre a gênese espacial.

A análise parte do Pesqueiro Jardim Coimbra, localizado na zona leste de São Paulo no distrito de Artur Alvim. Discute - se por meio deste objeto a apropriação social do espaço, dinâmica esta que só se torna possível quando a comunidade local está próxima do espaço e de seus processos constitutivos.

Palavras-chave: apropriação, uso, córrego, parque linear, pesqueiro.

INTRODUÇÃO.....	4
 1 METODOLOGIA	5
1. 2 APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA.....	6
 2. ÁGUA COMO RARIDADE EM SÃO PAULO	13
2.1 A RELAÇÃO ENTRE CIDADE E ÁGUA DOCE NA CIDADE DE SÃO PAULO PRÉ INDUSTRIAL	13
2.2 A RUPTURA DA RELAÇÃO COM AS ÁGUAS CAUSADA PELO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO.....	20
 3. PARQUES LINEARES E VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO.....	25
3.1 ORIGENS DOS PARQUES LINEARES	25
3. 2 INTERVENÇÕES URBANAS PROPOSTAS PARA A ÁREA DE ESTUDO.....	27
3. 3 PARQUES LINEARES COMO INSTRUMENTOS DE VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO.....	31
 4. O PESQUEIRO.....	33
4.1 FATORES QUE PERMITIRAM O USO DO ESPAÇO PELO PESQUEIRO.....	36
4. 2 USO DO ESPAÇO E DO TEMPO (O BAIRRO E A PESCA)	40
4. 3 APROPRIAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO	42
4. 4 NOÇÕES SOBRE NATUREZA	45
 CONCLUSÃO.....	47

1. Introdução

Desde a leitura da tese da professora Odette Carvalho de Lima Seabra, “Os Meandros do Rio nos Meandros do Poder”, no primeiro semestre da graduação, o tema das águas e sua apropriação pelo processo urbano-industrial aguçaram minha vontade de perseguir este tema. Na busca por algum local na cidade que apresentasse esta relação de apropriação das águas pela cidade, decidi abordar esta temática pela via contrária. Encontrei na experiência coletiva de alguns moradores da zona leste com a nascente do córrego Ponte Rasa, uma maneira de estudar esta questão através da perspectiva do lazer. Aqui configurado através das relações sociais exercidas no pesqueiro que leva o nome do bairro onde está inserido: Pesqueiro Jardim Coimbra. Coloca-se o termo ‘experiência coletiva’ porque todo o processo de constituição do pesqueiro foi feito com a força de vontade e inteligência de todos os participantes. Desde sua concepção até a manutenção periódica é feita desta maneira. A prática do lazer só existe neste local porque é coletiva. Partiu da vontade dos moradores e persiste no tempo por esta iniciativa.

Um dos objetivos deste trabalho é entender se a institucionalização do espaço resultante da implantação do Parque Linear Ponte Rasa, proposto para a área do atual pesqueiro, seria capaz de abarcar esta prática socioespacial coletiva que se estabeleceu ali a partir da relação com a água. A especificidade desta prática reside no fato de que em São Paulo os rios foram todos poluídos e qualquer tipo de aproximação com as águas se tornou algo impensável.

Minha hipótese é que há uma diferença fundamental entre o tipo de lazer praticado pelo pesqueiro comunitário e aquele possibilitado pelo modelo municipal de Parque Linear. Isto porque tal modelo está vinculado aos interesses de requalificação espacial para a valorização do solo urbano, onde a questão do lazer aparece como um acessório. Além desta diferença principal, outra diferenciação a ser destacada é que o lazer exercido no pesqueiro se relaciona com a ressignificação do espaço através da apropriação social. Isto é, menos esportivo e mais lúdico, enquanto o lazer realizado nos parques lineares está mais ligado a práticas de exercícios físicos.

Com isso, afirmo que o lazer realizado no pesqueiro representa a predominância dos valores de uso sobre os valores de troca. Ou seja, acreditamos que a forma como se deu e se dá o uso do espaço – pela apropriação social das águas – representa uma ação diferente da lógica mercantil que predomina no espaço urbano.

Contudo, não se objetiva colocar a prática do lazer, seja no parque linear ou no pesqueiro, apenas como busca de qualidade de vida. Acreditamos que a deterioração da cidade comprometeu o que se pode chamar de qualidade de vida urbana. (DAMIANI, 1992). Portanto, o pesqueiro representa, para os frequentadores, uma experiência lúdica com o espaço e, em termos metodológicos, a sobreposição de temporalidades e de usos.

1.1 Metodologia

A escolha do local de estudo ocorreu por conta da proximidade que tenho com a Cid. A. E Carvalho desde minha infância até os vinte e seis anos de idade, tempo este que residi no bairro. Minha relação com o terreno onde atualmente existe o pesqueiro vem desde a época de criança quando <descíamos para a chácara> para caçar girinos, empinar pipa, brincar de polícia e ladrão e outras brincadeiras.

Fiquei sabendo do pesqueiro através de meu tio, Norival, que também é morador do bairro e amante e praticante da pesca. Quando conheci o local percebi que poderia trabalhar a questão cidade/água através das relações sociais implícitas naquele espaço. Momento em que percebi a importância do conhecimento teórico da geografia urbana para a compreensão daquilo que não se apresenta explicitamente aos olhos. Ou seja, a historicidade dos usos, muitas vezes, não está presente na forma do espaço, mas no conteúdo social implícito.

Com o objetivo entender as relações sociais existentes na constituição do pesqueiro foram realizadas conversas com seus idealizadores e também com alguns frequentadores. Coloca-se o termo ‘conversa’, pois diferente de entrevistas, onde geralmente há perguntas específicas, as conversas foram feitas de maneira

espontânea. Fiz alguns questionamentos iniciais sobre a construção e idealização do pesqueiro e posteriormente a conversa acessou outros temas que os entrevistados julgaram importantes. Estas conversas se deram em períodos espaçados, mas se concentraram entre Janeiro e Maio de 2017.

1.2 Apresentação da área de pesquisa

O pesqueiro está inserido em um terreno público classificado como Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM) de acordo com o Plano Diretor Estratégico (PDE), de 2002. Além da presença de vegetação remanescente de Mata Atlântica, outro atributo que fez deste espaço um território de proteção ambiental foi a presença de nascentes que compõem o córrego Ponte Rasa.

As Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPAM) são porções do território do Município destinadas à preservação e proteção do patrimônio ambiental, que têm como principais atributos remanescentes de Mata Atlântica e outras formações de vegetação nativa, arborização de relevância ambiental, vegetação significativa, alto índice de permeabilidade e existência de nascentes, incluindo os parques urbanos existentes e planejados e os parques naturais planejados, que prestam relevantes serviços ambientais, entre os quais a conservação da biodiversidade, controle de processos erosivos e de inundação, produção de água e regulação microclimática. (Plano Diretor Estratégico – PDE 2014 - Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Texto da lei ilustrado, Art.69, p66, 2014).

Esta ZEPAM se encontra, atualmente, dentro de outra regionalização denominada como Perímetro de Ação Integrada (PAI). Estes territórios foram apresentados no Plano Municipal de Habitação (PMH) de 2009 como os locais a serem priorizados nas ações do Programa de Urbanização e Regularização de Assentamentos.

A localização dos PAI's dentro do território municipal foi definida pelas sub-bacias hidrográficas. Foram demarcados diversos Perímetros de Ação Integrada, mas inicialmente apenas 22 foram selecionados para receberem intervenções urbanas escolhidas através de um concurso nacional de arquitetura denominado Renova SP. O terreno onde se encontra o pesqueiro é um destes perímetros que

serão priorizados e apresenta o nome de PAI – Tiquatira 2. A seleção das áreas prioritárias foi feita a partir do cruzamento de dados sobre precariedade de infraestrutura, áreas de risco, indicadores de vulnerabilidade social e de saúde

Cada um desses perímetros abrange um conjunto de ações dos diferentes programas habitacionais implementados pela Sehab e sua relação com outros programas, como Parques Lineares (SVMA), Córrego Limpo e Projeto Tietê (Sabesp), entre outros. O perímetro também serve como referência territorial para a elaboração de diagnósticos e projetos urbanísticos que contemplem a totalidade dos agentes envolvidos com as intervenções. (Plano Municipal de Habitação da Cidade de São Paulo – Versão Para Debate Público, 2010, p5).

O PMH de 2009 pautou a necessidade de articulação da política habitacional com as demais políticas de qualificação ambiental e urbana, principalmente com as de saneamento ambiental, ao definir Perímetros de Ação Integrada (PAI) que reuniam favelas e loteamentos irregulares de uma mesma bacia hidrográfica num perímetro de projeto e de intervenção únicos. Parte desses perímetros foi objeto do concurso Renova SP, que legou um conjunto de propostas que agregam uma visão urbanística integradora aos projetos específicos de cada assentamento, possibilitando prever soluções que extrapolam o âmbito da urbanização e regularização dos assentamentos precários. (Plano Municipal de Habitação de São Paulo – Caderno para Discussão Pública, 2016, p28).

A Figura 1 mostra o Perímetro de Ação Integrada – PAI Tiquatira 2, a ZEPAM e o pesqueiro.



Figura 1 Perímetro de Ação Integrada – PAI Tiquatira 2 , ZEPAM e pesqueiro. Fonte: própria.

O PAI Tiquatira 2 está localizado na porção leste de São Paulo, mais especificamente nas subprefeituras da Penha e Ermelino Matarazzo como mostra a figura 2.

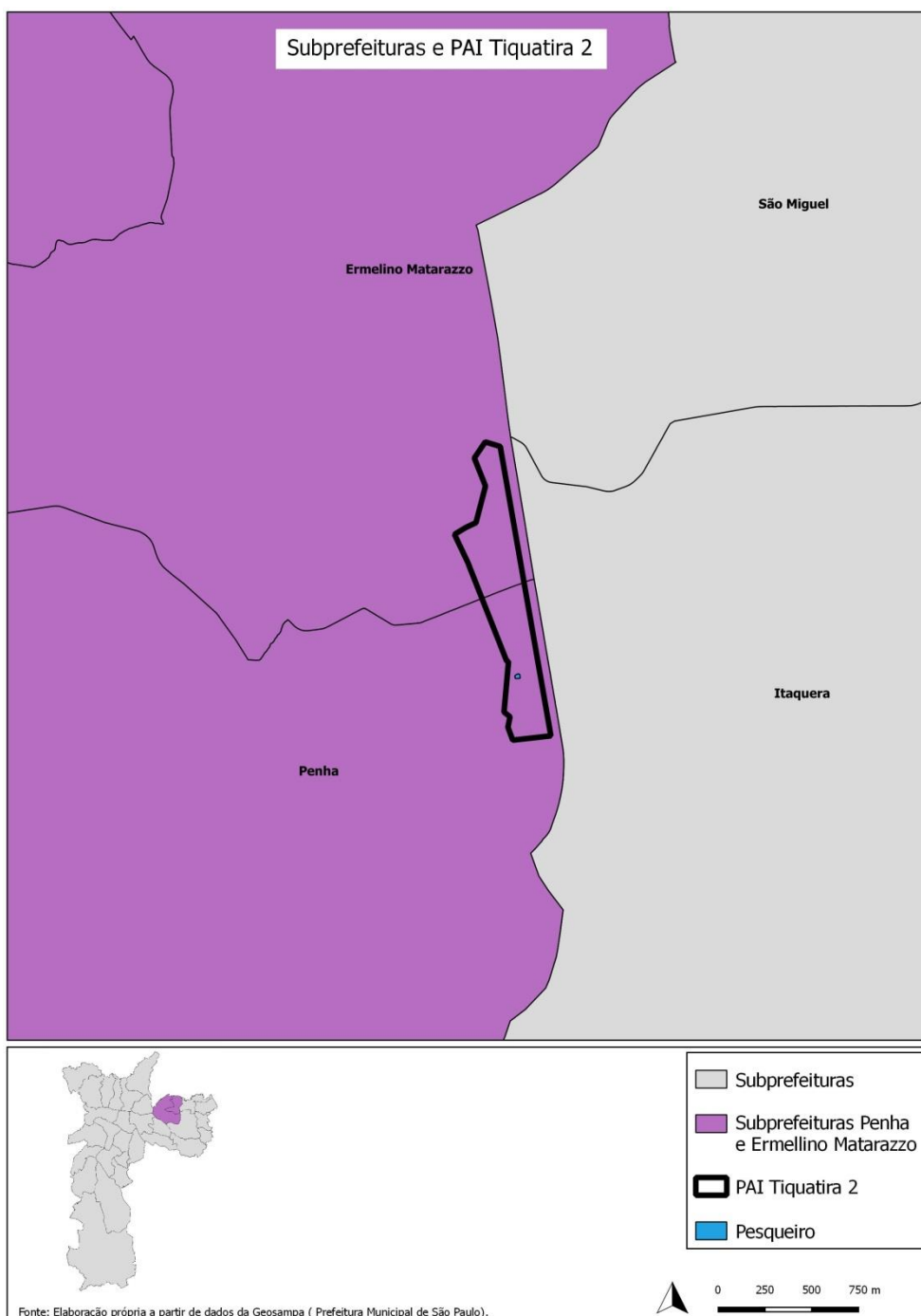


Figura 2 Localização do PAI Tiquatira 2 e Subprefeituras. Fonte: própria

O terreno está localizado entre os bairros Jardim Coimbra e Cidade Antônio Estevão de Carvalho (Figura 3) bairros que tiveram sua formação dentro do contexto dos loteamentos periféricos. Este tipo de ocupação do território acontece a partir de 1950 quando o mercado de terras nas periferias da cidade se torna lucrativo para os loteadores devido ao aumento da demanda pela aquisição da casa própria.

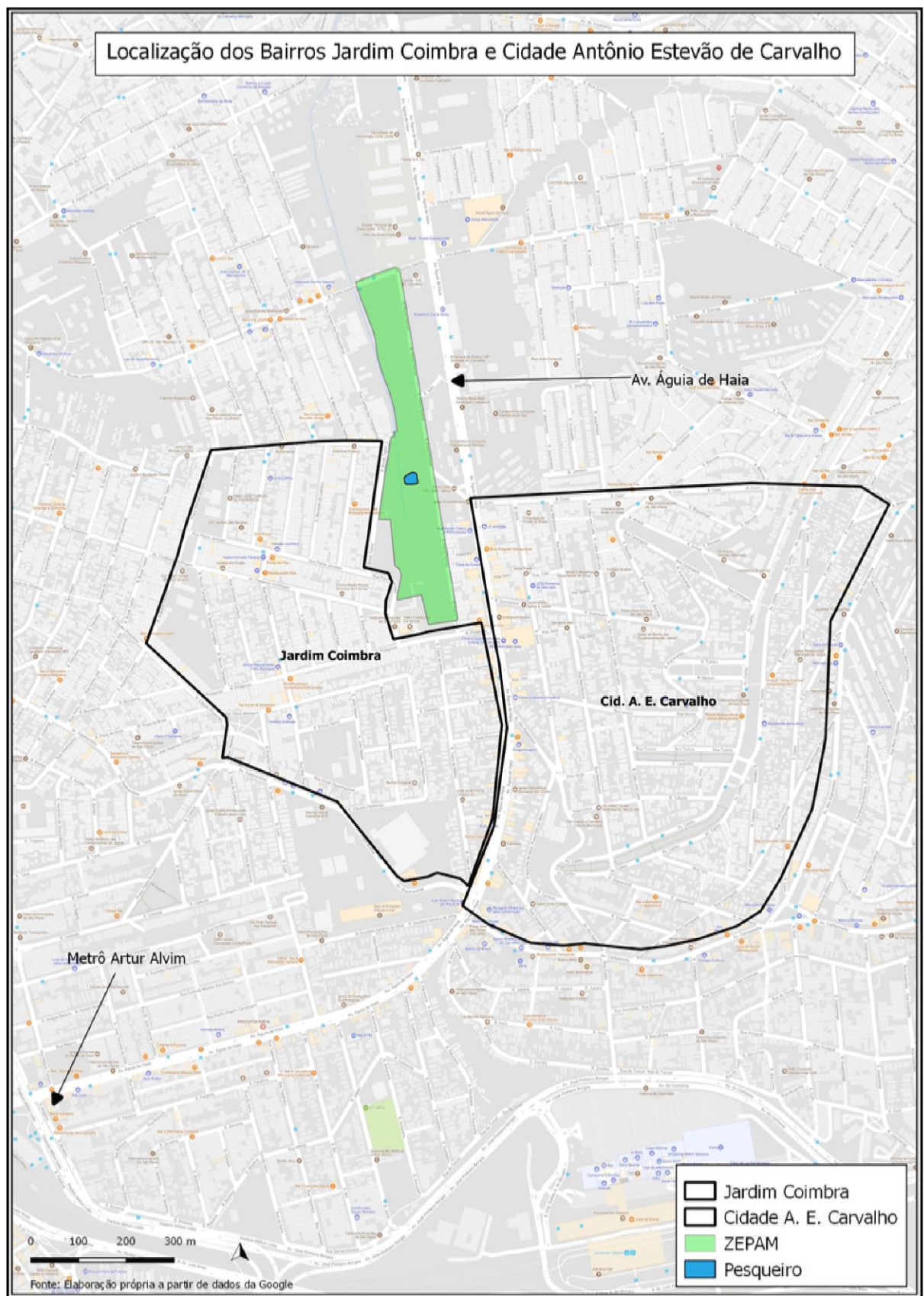


Figura 3 Bairros Jardim Coimbra e Antônio Estevão de Carvalho. Fonte: Própria

As intervenções no setor da habitação realizadas pelo Estado Novo de Getúlio Vargas foram significativas para o movimento de ocupação das bordas da cidade, pois a crise neste setor crescia de acordo com o incremento populacional que São Paulo recebia por conta do processo de industrialização. Uma destas intervenções foi a promulgação do Decreto-Lei n.º 58 de 1938 que regulamentou a aquisição de terrenos a prestações, pois antes disso não havia mercados destinados especificamente aos setores populares. Com a fixação do valor das prestações, a compra de um lote se tornou viável para o trabalhador que, neste caso, autoconstruiu seu imóvel.

Em 1974, o número de moradores proprietários é dos mais altos, atingindo até 75%, justamente nos bairros onde a renda média é das mais baixas (São Paulo em distritos – 1974; Instituto Gallup de Opinião Pública), constituindo na maior parte das vezes os chamados novos bairros “operários”, onde predomina a autoconstrução em casas precárias da periferia.

Estima-se que cerca de 63% das habitações produzidas na Grande São Paulo o são através do mecanismo da autoconstrução que se constitui assim na fórmula “natural”, espontânea, que parte significativa da população encontrou para a solução do problema da moradia, vinculado ao processo dos “loteamentos periféricos”. Com a economia inflacionada e com o preço fixo dos terrenos, as prestações tinham uma participação relativamente menor, ano após ano, no orçamento familiar. (RODRIGUES; SEABRA, 1986, p. 21-22)

Outra intervenção do Estado na área da habitação foi a Lei do Inquilinato estabelecida em 1942, que entre outros fatores congelou o valor dos alugueis. Os proprietários dos imóveis viram na venda do mesmo uma forma de recuperar os lucros não obtidos com os longos anos de não correção dos valores. Sobre isso, Nabil Bonduki coloca da seguinte forma:

As consequências da lei do inquilinato para o processo de produção habitacional são muito fortes e geram a escassez, mostrando que nem sempre a adoção de instrumentos supostamente sociais no âmbito de intervenções no mercado nacional é positiva. A iniciativa privada, principalmente os grandes investidores, reduz drasticamente a construção de casas de aluguel, aumentando de forma dramática a carência de habitações nas grandes cidades brasileiras. Estas, ademais, recebiam um intenso fluxo migratório interno, do campo para as cidades, provocado pelas novas condições econômicas principalmente crescimento industrial. (BONDUKI, 1994, p.721)

Como aponta Bonduki, não se pode atribuir o agravamento da crise da habitação somente a lei do inquilinato.

Na verdade, esta crise é consequência de um processo mais amplo, que se caracteriza, por um lado, pela transferência para o próprio trabalhador e para o estado dos encargos necessário a edificação da moradia popular - que até então era majoritariamente construída pela iniciativa privada e paga através do aluguel por uma parcela do salário – e, por outro, pela emergência de novos tipos de empreendimentos imobiliários, como a incorporação de prédios de escritórios e apartamentos destinados à venda para empresas e classes de renda mais elevada. (BONDUKI, 1994, p.729)

As pessoas que formaram a população da Cidade A. E. Carvalho e Jardim Coimbra eram trabalhadores que moravam de aluguel em outros bairros com melhor infraestrutura como Brás, Tatuapé, Pari, Santana e outros. Sobre este tema, Débora Regina Aversan, considerou que:

Em meados da década de 1950, feito o loteamento e já com arruamento, chegam os primeiros moradores. Boa parte dessas pessoas tomou conhecimento da Cidade A.E. Carvalho através de conhecidos. Vieram das mais variadas regiões da cidade de São Paulo, da região metropolitana e de outros estados. Do estado do Paraná vieram descendentes de japoneses, formando, inclusive uma comunidade que criou a Casa de Cultura Japonesa. (AVERSAN, 2008, p.64)

Um fato importante para complementar o estudo do local é a forte presença dos japoneses no bairro Cid. A. E. Carvalho. Importa-nos porque o terreno onde está localizado o pesqueiro foi ocupado pelos nipônicos no final da década de 1950, época de formação do bairro.

A escolha do espaço para o plantio de horticulturas não foi aleatória. Havia diversos terrenos públicos no bairro que apresentavam situação semelhante para serem usados como chácara: grandes dimensões e sem uso. Mas o que diferenciou este local dos outros terrenos foi o fato de existir grande quantidade de água doce disponível. Segundo os moradores do bairro, havia quatro olhos d'água distribuídos pela extensão do terreno e que foram soterrados pela deposição ilegal de entulho e que hoje se transformaram em campos de futebol.

2. Água como raridade em São Paulo

Neste capítulo, não se objetiva traçar o histórico das relações sócio espaciais dos moradores da cidade com os rios e suas várzeas ao longo do tempo e sim apresentar em que momento da história esta prática se tornou inviável para a população. Como questão de método, colocaremos São Paulo em dois momentos históricos, a cidade pré-industrial - quando a relação com os corpos hídricos ainda era possível - e a cidade que se constituiu a partir do processo de industrialização. Este posicionamento metodológico vai ao encontro com o pensamento de Lefebvre quando ele coloca no centro da questão urbana a industrialização.

Para apresentar e expor a “problemática urbana”, impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização. Sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações da sociedade. Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à “cultura”. (LEFEBVRE, 1969, p.9).

Segundo este autor a indústria representa uma ruptura na concepção de cidade, ele chega até a chama-la de *antacidade*. Lefebvre faz a diferenciação entre a cidade concebida como obra (cidade pré-industrial) e a cidade como produto (cidade industrial). Segundo ele, a realidade urbana colocada a partir da indústria constrói a cidade sem a totalidade orgânica e o sentido de pertencimento que a cidade pré-industrial trazia. (LEFEBVRE, 2001, p. 23).

2.1. Relação entre cidade e água doce na São Paulo pré-industrial

Os rios e suas várzeas acompanham a história da cidade desde sua fundação, no alto da colina às margens do rio Tamanduateí, até os tempos atuais com os problemas das enchentes. A água foi a direcionadora natural da ocupação do território. Nas incursões, que objetivavam, acima de tudo encontrar metais preciosos, os colonizadores iam fundando os aldeamentos ao longo dos rios o que

contribuiu, posteriormente, para a construção de uma rede urbana significativa. (CUSTÓDIO.2010).

O principal rio da Vila nos seiscentos e setecentos foi o Tamanduateí, onde existiu um pequeno porto pelo qual desembarcavam todos os necessitados de acesso fluvial a São Paulo e embarcavam aqueles que precisavam atingir o porto do rio Tietê, localizado na altura da Ponte Grande (zona norte da cidade na altura do bairro de Santana), e seguir viagem rio abaixo ou rio acima. Além de principal meio de transporte, o Tamanduateí servia, também, de forma recreativa para a população da Vila: “(...) banhistas iam aos domingos mergulhar em suas já turvas águas a partir das inúmeras ilhotas de várzea” (MOMBEIG.2004 p22). Turvas porque o lixo de São Paulo era lançado em suas águas. (CUSTÓDIO. 2012. p.72)

Afora o uso para o transporte a questão do abastecimento de água também apresenta elementos interessantes da relação entre a cidade e seus corpos hídricos. Os primeiros habitantes portugueses da Vila de São Paulo obtinham água doce para o consumo nas bicas e nascentes, pois os chafarizes – o que poderíamos chamar de segunda maneira de acesso à água – começaram a ser construídos em 1700 pelos padres. As primeiras aduções de água foram feitas pela igreja que utilizava para abastecer os conventos, mas, posteriormente disponibilizou para a população. Quando a Coroa inicia a construção dos primeiros chafarizes públicos, no decorrer do século XVIII, fez em parceria com a igreja (CUSTÓDIO. 2012).

Durante décadas, o Poder Público pouco realizou em favor da melhoria do abastecimento de água na cidade. As bicas eram insalubres e os chafarizes insuficientes e pouco conservados para uma população de 21.1633 habitantes em 1836 que, reclamava com frequência. Os possuidores de recursos econômicos compravam-na dos aguadeiros portugueses que a retiravam de poços perfurados a margem do rio Tamanduateí ou dos chafarizes e transportavam-na em tonéis de 20 litros puxados a carrocinha de burro. As depredações e brigas eram frequentes, pois, enquanto não enchiam suas pipas, os aguadeiros impediam o acesso dos demais, sobretudo dos escravos, a água. (CUSTÓDIO. 2012. p.72).

A partir de 1870 o poder público inicia uma transformação significativa no espaço urbano com a ideia de modernizar a cidade. Na gestão do prefeito João Teodoro Xavier (1872 – 1875) houve significativa inversão de recursos em obras públicas (CUSTÓDIO, 2012). Segundo Custódio (2012), foi o primeiro surto

urbanístico ensejado pelo poder público com a intenção de fixar os fazendeiros de café na cidade objetivando abastecer os cofres públicos com a cobrança de impostos. Nessa época, o censo de 1872 revelava 31.385 pessoas em São Paulo, mais de 20.000 na área urbana (CUSTÓDIO, 2012). Com o crescimento populacional, somado a ideia de modernizar a cidade, a Câmara decide pela adução de água dos mananciais localizados ao norte da cidade, pois os chafarizes se tornaram insuficientes para suprir a demanda de consumo de água. Dentro deste contexto, haviam

(...) “os defensores da adução dos mananciais próximos à cidade e os que defendiam o uso dos distantes, alegava-se que as águas dos rios de São Paulo eram as causas das epidemias (febre amarela, tifo, varíola), atormentadoras da vida na cidade”. (CUSTÓDIO. 2012. p.73).

Em 1875 o Poder Público decide contratar a Companhia Cantareira para prestar serviços referentes ao abastecimento de água e a coleta de esgoto. Ficou acordado que esta empresa utilizaria a água provinda dos mananciais da Serra da Cantareira, (CUSTÓDIO. 2012. p73). Segundo Custódio (2012), a demanda pelos serviços crescia assim como a incapacidade em atendê-la. O aumento no preço do fornecimento de água e as deflagrações de que a Empresa destruía os chafarizes forçando as pessoas a aderirem ao abastecimento institucional fizeram crescer as reclamações por parte da população. A insatisfação popular crescente somado a crise financeira foram decisivos para o fim da empresa em 1893. Segundo Custódio (2012), a Companhia Cantareira não deixou de existir, na verdade foi encampada e reformulada pelo poder público estadual.

Além da questão do transporte e do abastecimento, as águas representavam espaços de sociabilização. Alguns estudos colocam os anos de 1890 até 1940 como o período mais intenso dos paulistanos com os rios. (Peres, 2006). Mas no período do escravismo, os negros já frequentavam às várzeas, as pontes, os chafarizes e tanques para o exercício de suas funções, mas que acabavam se tornando espaços de sociabilização.

O exercício destes negros e negras nos mais diversos ofícios que caracterizou a escravidão urbana na cidade, as negras de tabuleiro, lavadeiras, os negros que circulavam carregando água entre os chafarizes e as casas, os vendedores de ervas para práticas

curativas, possibilitou o estabelecimento de redes de sociabilidade assim como recriou laços entre estes mesmo estando na condição de cativos, colocando os inclusive enquanto sujeitos ativos na contramão deste sistema, as articulações entre escravos fugidos e quilombolas, por exemplo, era uma das ações realizadas por conta destas redes. (MORAES, 2017, p.17)

Após a abolição do escravismo, em 1888, os rios e suas várzeas continuaram sendo um importante espaço de sociabilização para os negros, assim como para toda a população pobre da cidade. Eram espaços de resistência cultural, de afirmação de identidades. Assim foi com o futebol praticado nas várzeas do Tamanduateí e do Tietê no final do século XIX e início do século XX. Segundo Daiana Mendes Machado da Silva em seu mestrado sobre a Associação Atlética Anhanguera e a história do futebol de várzea em São Paulo de 2013, o futebol em São Paulo se dividia entre o “grande futebol”, praticado pelas elites, e o futebol “pequeno”, jogado pela população mais pobre. Além da questão socioeconômica que diferencia estes dois grupos de praticantes do futebol, nesta época, outro elemento que os distingue eram os locais onde cada grupo se reunia para jogar. O Clube Atlético Paulistano, uma agremiação formada por cafeicultores ricos, em parceria com a prefeitura conseguiu transformar o velódromo da cidade, localizado na Consolação, em campo de futebol o que já sinalizava a “separação e à especialização dos espaços de jogo da cidade com o apoio da administração pública”. (SILVA, 2013, p28). Além do velódromo, a elite praticava futebol no antigo hipódromo da cidade e também no Parque Antártica. (SILVA, 2013). Já as agremiações das pessoas que pertenciam às camadas mais populares procuravam os espaços de vazão dos rios para realizar os jogos. O termo varzeanos para designar os que moravam ou frequentavam os espaços das várzeas já apresentava tom pejorativo entre 1910 e 1920, segundo Silva (2013).

Curiosamente, tais sujeitos das camadas mais pobres da população - principalmente os moradores dos bairros da Barra Funda e do Bom Retiro Várzea do Rio Tietê - não rejeitaram a denominação associado a seu futebol. Muito embora representasse uma série de conflitos, ela foi por eles incorporada tornando-se uma afirmação identitária forte e corrente, prenhe de conteúdos novos já ao final dos anos 1920, a ponto de um antigo morador da Barra Funda assim rememora-lá: “[era] futebol de várzea, naquele tempo. Nem amador se chamava”. (SILVA, 2013, p.29).

Apesar de as várzeas e os rios serem os locais dos mais pobres, os meios de comunicação insistiu e ainda insistem em apresentá-los, como espaço de prática de lazer dos mais ricos. Isto moldou o imaginário do paulistano de tal forma que as recordações que se tem dos lazeres com o Tietê, por exemplo, são as das competições de remo, de natação, de saltos ornamentais, atividades estas que os clubes da elite branca paulistana exerciam nas águas do rio. Mas segundo Peres (2006), este uso era o mais restrito, destinado a poucos.

A maioria da população paulistana tinha com a várzea uma relação muito mais intensa, próxima e menos organizada, sendo ela um espaço de sobrevivência, entretenimento e moradia para aqueles que jamais tiveram acesso a esses clubes. (PERES, 2006, p.104).



Figura 4 Nadador do Clube Esperia fazendo salto no Rio Tietê - 15/11/1927 (Fonte: Clube Esperia)

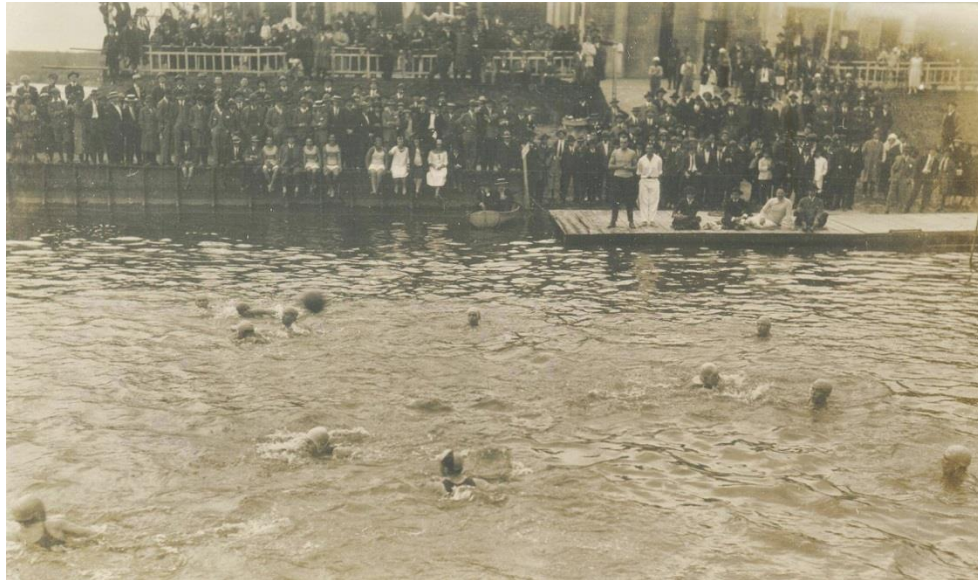


Figura 5 Jogo de Polo Aquático (1929). (Fonte: Clube Esperia)

Além do lazer, outra relação direta com os rios é o uso das várzeas como local de moradia pela população mais pobre. Estes locais sujeitos a alagamentos periódicos foram a única saída para aqueles que não puderam pagar pelos preços altos das terras que se valorizavam.

Por terem se constituído como terrenos mais baratos, devido à insalubridade e aos alagamentos periódicos, as várzeas atraíram aqueles que não tinham condições de habitar as regiões mais valorizadas, sendo sistematicamente despejados devido à sua situação econômica e cultural. Eram os imigrantes, os regressos da escravidão, os mestiços. Essas regiões alagadiças, historicamente, ofereciam para essas populações possibilidades de entretenimento, sobrevivência e fuga. Estando na várzea era possível nadar e banhar-se no rio, jogar futebol, esconder-se no mato, lavar roupas, pescar em alguns trechos, manter criações, morar. (PERES, 2006, p.104).

No caso dos negros essa situação de não poder arcar com os altos valores dos aluguéis e dos terrenos não se aplica já que não houve a inserção deste grupo na sociedade que se configurava. A ideia de embranquecer a população, colocada em prática pelos republicanos, abriu as portas para a pobreza europeia em detrimento do negro alforriado afirmando a designação de marginal para os negros. (ROLNIK, 1988).

Esta operação é importante, na medida em que se trata de determinar o critério fundamental para definir quem pode constituir o pacto de igualdade entre os homens na ordem liberal republicana e quem está fora dele; ou seja, é por meio deste argumento que se justificam ações repressivas contra determinados indivíduos ou grupos sociais. Abrir as portas para a pobreza europeia, atraindo-a, e dar a ela o lugar de "assalariado" implicou diferenciar internamente a pobreza, produzindo ao mesmo tempo a figura do "marginal" e usando para isso um estigmatizado racial. Colada sobre ela estava a definição dos lugares que cada grupo ocuparia na hierarquia do espaço social. (ROLNIK, 1988, p).

A partir da instauração da república, os oligarcas paulistas iniciaram o processo de criação de órgãos públicos que apresentaram, inicialmente, a característica de aformoseamento da cidade. Um dos problemas recorrentes de São Paulo desta época (e não só desta) eram as cheias periódicas dos rios. Não especificamente as cheias, mas as águas que demoravam a escoar e formavam regiões encharcadas nas várzeas. Com elas, vinham os focos de doenças como a febre amarela, o tifo e a varíola. Em realidade, o que existia era o discurso higienista que relacionava os locais de vivência e de moradia dos pobres com o aparecimento de doenças e a questão das águas paradas foi o precisava para que o tema do saneamento das várzeas entrasse na agenda do Poder Público.

O primeiro rio a sofrer interferências em seu curso foi o Tamanduateí que em 187X teve uma parte de seu curso retificado perdendo algumas curvas conhecidas como as "sete voltas". Este aterro ganhou o nome, posteriormente de Rua Vinte e Cinco de Março. (Custódio, 2012). Na Constituição de 1891 o tema da saúde pública ganhou ênfase e a criação do Serviço Sanitário do Estado, órgão vinculado a Secretaria do Interior, foi uma das consequências disso. Havia a preocupação de conseguir manter as condições para a reprodução social da força de trabalho nas cidades agroexportadoras como São Paulo, Campinas e Santos. (Custódio, 2012).

Enfim, era necessário garantir as condições gerais de produção do café e a reprodução social da força de trabalho. Foi nesse contexto que o governo do Estado de São Paulo incorporou os discursos higienistas, estabeleceu uma política sanitária e assumiu os serviços. (CUSTÓDIO. 2012. p.30).

No que se refere ao abastecimento de água, esgoto, proteção de mananciais, saneamento das várzeas ficaram sobre responsabilidade do Estado. Em 1892, a

prefeitura cria a Intendência de Obras Municipais para a realização de levantamentos cadastrais da cidade e para tratar de questões referentes ao alinhamento das edificações. Em 1896, essa intendência cria a Comissão Técnica de Melhoramentos da Cidade e também cria a Diretoria de Obras Municipais. Esta Diretoria, posteriormente, abrigará os engenheiros responsáveis por mudanças significativas no espaço urbano que marcam até hoje a forma da cidade, são eles: Victor Freire, Ulhôa Cintra e Prestes Maia. Este último com maior ênfase, pois foi o responsável pelo Plano de Avenidas, que tinha entre outras características, o aproveitamento das várzeas ou do próprio desenho do rio para a construção de avenidas. (Custódio, 2012).

2.2. A ruptura da relação com as águas causada pelo processo de industrialização

Assim como ocorreu neste período¹ em outras cidades de países da América do Sul, aqui no Brasil, em São Paulo especificamente, além do Poder Público, tiveram outros agentes privados que atuaram na transformação espacial através da administração de alguns serviços. Uma dessas empresas é a, já citada anteriormente, Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, de capital inglês. Outra empresa foi a *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company*, mais conhecida como *Companhia City*, empresa de urbanização com sede em Londres, mas com capitais franceses, ingleses e brasileiros. Outro agente privado, importante no período, é a canadense *Light and Power Company*, mais conhecida como Light, que foi contratada para fornecer eletricidade para São Paulo.

Sob o domínio de agentes públicos e privados diversas obras e projetos serão colocados em prática no final do século XIX e início do XX de acordo com o signo da modernização/industrialização. Merece destaque as ações da Light, neste período, por suas intervenções na cidade se relacionarem diretamente com os corpos

¹ O período mencionado é do Capitalismo Monopolista. No final do século XIX diversas empresas estrangeiras atuaram nos países da América Latina por intermédio de concessões de prestação de serviços urbanos.

hídricos. As primeiras operações desta empresa que afetou o uso das águas se deram no rio Tietê para a construção da hidrelétrica de Parnaíba, em 1901.

O conjunto usina e barragem foi construído aproximadamente a 33 km a oeste da cidade de São Paulo a jusante do Alto Tietê, na cidadezinha de Santana de Parnaíba, onde o rio se tornava estreito e encachoeirado (Cachoeira do Inferno), podendo assim, propiciar aproveitamento econômico compensatório a Light. Em obras complementares, a Empresa represou um rio ao sul da cidade para que o novo reservatório formado alimenta-se a usina de Parnaíba. Assim, foi criada a represa de Guarapiranga, em 1906. (CUSTÓDIO, 2012, p.30).

Com a crise energética de 1923 – 1925, somado ao aumento da demanda, a Light retoma o Projeto Serra que consistia, basicamente, em gerar energia a partir do uso das vertentes marítimas fazendo com que a água escoasse por uma queda artificial de 725 metros. Em 1925 a Light já detinha os terrenos necessários para a realização deste projeto e também já havia adquirido, junto ao poder público, a garantia de represar vários outros rios (Custódio, 2012). Com a criação do reservatório Billings, que levou o nome do engenheiro que o projetou, essas águas fizeram funcionar a usina de Cubatão I em 1926-27 e, posteriormente, a Cubatão II, em 1961.

A construção da hidrelétrica de Parnaíba e o Projeto Serra – com as usinas Cubatão I e II, revelaram a apropriação das águas pelo capital internacional que objetivava apenas a geração de lucro, deixando de lado a questão do uso para o consumo humano. A água estando poluída não deixaria de cumprir sua função de mover as bobinas para gerar energia elétrica. Segundo Custódio (2012), o advento da eletricidade foi fundamental para o processo de urbanização/industrialização, mas destinar as águas apenas para este uso restrito é condenar os outros usos possíveis.

Dificultou [a Light], sempre que pôde, a destinação das águas da Bacia para fins de abastecimento da cidade, inclusive difamando a qualidade das águas para esse fim, mesmo depois da descoberta da cloração. Como esgotos lançados na Bacia geravam energia barata e abundante, o tratamento foi protelado por décadas e a busca por água se fez, e se faz, cada vez mais distante da mancha urbana. (CUSTÓDIO, 2012 p.70).

A poluição da água foi só uma das consequências que o processo de industrialização trouxe para a cidade. As intervenções da Light neste período inauguraram uma lógica para o uso das águas em São Paulo e que se tornou frequente nas ações do Poder Público, nos períodos posteriores: a subordinação dos corpos hídricos aos termos da circulação do capital. Ou seja, os projetos de racionalização espacial colocados em prática a partir desta nova ordem urbana, colocada pela indústria, tratarão das águas como elementos de ordem secundária dentro do espaço urbano. A percepção da cidade através do espaço dos rios começa a não ser mais possível nesta nova cidade edificada pela lógica do dinheiro. A cidade necessitava agora de fluidez, melhorar a circulação, deixar de ser adensada, ter outros núcleos, enfim, se modernizar. Sob esta égide, é que será proposto nas primeiras décadas do século XX um dos projetos mais significativos no que se refere ao comprometimento do uso das águas em São Paulo, o Plano de Avenidas, de Francisco Prestes Maia, engenheiro técnico da Diretoria de Obras Municipais.

Grosso modo, este projeto consistiu na planificação espacial da cidade a partir da construção de avenidas. Mais detalhadamente, foram propostas vias radiais e perimetrais que resultou em um modelo radial concêntrico de construção das vias. A partir do anel viário, denominado perímetro de irradiação, que envolveu a Praça da Sé, o Parque D. Pedro II, o Vale do Anhangabaú e a Praça da República, foram planejadas as avenidas radiais que serviriam as zonas leste, oeste, norte e sul da cidade. O Plano foi proposto em 1930 e colocado em prática a partir de 1938, quando Prestes Maia se torna prefeito da cidade. O comprometimento do uso das águas causado por este projeto, que nos referimos no parágrafo anterior, se refere à escolha, estritamente técnica, do espaço que abrigará as avenidas do Plano: o espaço dos rios e das várzeas. Segundo Custódio (2012), a partir deste período o discurso oficial, em relação às águas, era o de melhorar a circulação e não mais se falava em saneamento das várzeas.

O período marca a lógica da defesa dos interesses econômicos e dos valores estéticos e ideológicos da burguesia cafeeira em transição para o início da lógica da burguesia industrial moderna - reforçada com atuação das empresas automobilísticas que se imporiam nas décadas seguintes. Finalmente, é mister ressaltar que Prestes Maia fez escola, pois a prática da retificação, canalização e construção de avenidas em fundo de vale ou sobre o leito dos rios

persiste, com todos os efeitos negativos conhecidos - o mais destruidor deles são as inundações. (CUSTÓDIO, 2012, p.41).

As várzeas e os rios foram incorporados ao processo produtivo industrial através da mobilidade da força de trabalho. Ou seja, serviu de espaço para a construção de avenidas que passaram a ligar as regiões centrais às periferias longínquas. Pois outra consequência do Plano de Avenidas foi o espraiamento da cidade fazendo surgir diversos bairros periféricos onde os trabalhadores passaram a residir. Além de condenar o uso das águas, este modelo de planejamento pautado no transporte sobre pneus, permitiu o crescimento da segregação sócio espacial dentro do território da cidade.

O processo de industrialização foi o indutor da ruptura na relação social com a água dentro de São Paulo. Não só a consequência direta que isso representou para os rios, que foi o despejo do esgoto industrial in natura na rede hídrica por décadas, mas todo o processo de urbanização desencadeado pelo industrialismo onde o tratamento do esgoto doméstico não foi realizado nos loteamentos que foram surgindo em São Paulo. Esta cidade constituída pelo processo industrial implantou a lógica do dinheiro e a partir disso o espaço urbano sofreu intervenções que não tiveram compromisso nenhum com o espaço social pré-estabelecido - onde os rios e as várzeas tinham um papel fundamental na construção de sociabilidades.

Atualmente o poder público tem procurado dar atenção ao tema dos rios através de programas de despoluição de córregos, tais como o Programa Córrego Limpo e o Programa de Canalização de Córregos e Implantação de Vias e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale – PROCAV. Outra aproximação ao tema das águas pelo poder público são os parques lineares que tem por característica fundamental a proximidade com os corpos hídricos. Vale salientar que todas essas movimentações no sentido de recolocar os rios no imaginário dos paulistanos estão longe de atingir este objetivo. A despoluição dos córregos envolve, além do tratamento do esgoto, a questão da regularização fundiária, do direito à moradia, primeiramente. Tema este muito delicado e aparentemente nenhuma gestão administrativa parece querer tratar efetivamente. Dentro deste contexto, onde os planos que se referem aos rios ainda se apresentarem no estágio de despoluição

de suas águas, a experiência sócio espacial com a nascente do Rio Ponte Rasa se torna uma atividade importante e rara, pois representa o uso da água para o lazer.

3. Parques lineares e valorização do espaço

A partir do projeto do Parque Linear Ponte Rasa, se pretende, neste capítulo, apresentar argumentos para afirmar que a construção deste tipo de equipamento depende totalmente de ações urbanísticas maiores na qual o parque linear é apenas um instrumento para a valorização do espaço.

3.1 Origens dos Parques lineares

Sobre a definição do que é um parque urbano, consultamos o mestrado em geografia urbana de Marcella Migliacci que menciona a existência de algumas diferenças no modo de classificar este tipo de equipamento. Segundo Migliacci (2016), alguns autores colocam o parque urbano como espaços livres aproximando-o de praças e jardins. Outros autores o classificam como espaços de lazer e há, também, quem o qualifique como locais de predominância de elementos naturais destinados à recreação. Dentre as diversas definições, concordamos com a que Migilacci colocou em seu mestrado:

[...] entendemos que os parques urbanos são equipamentos públicos regulados e instalados pelos órgãos governamentais que se utilizam de características naturais do espaço, como a vegetação, para ser o seu principal atrativo, mas com necessidade de uso comumente para o lazer, seja ele contemplativo da própria paisagem natural ou o que envolva a prática de esportes ao ar livre. (MIGLIACCI, 2016, p.56)

A implantação de parques públicos no município de São Paulo se inicia ainda no século XIX com a abertura do primeiro parque público de São Paulo, o Jardim da Luz em 1825, atualmente conhecido como Parque da Luz. Mas, “[...] essa concepção de parques em São Paulo toma força a partir da Primeira Guerra Mundial (1911-1914) com surtos de modelos de urbanização em que os parques ganham muita importância” (MIGLIACCI, 2016, p57). Segundo esta autora, é possível fazer uma divisão periódica da implantação destes equipamentos na cidade:

Em um primeiro momento, a política estava voltada para o ajardinamento da cidade, depois o foco se torna os espaços para o

lazer e por último uma noção de proteção à biodiversidade atinge força nos planejamentos ambientais da cidade e, paralelamente o mercado imobiliário vê essa etapa como possibilidade de valorização espacial. (MIGLIACCI, 2016, p.56)

É nesta última etapa de implantação de parques urbanos - quando a “proteção à biodiversidade atinge força nos planejamentos ambientais da cidade”, Migliacci (2016) -, que os Parques Lineares começam a aparecer na agenda pública da prefeitura de São Paulo. Esta questão ganha mais força a partir da Lei 13.430/2002 que promulga o Plano Diretor Estratégico (PDE), em 2002. No PDE, a proteção a biodiversidade aparece atrelada aos corpos hídricos quando estes foram considerados um dos eixos estruturadores do território.

Por meio do PDE – 2002 os Parques Lineares foram integrados ao Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'Água e Fundos de Vale e ao Sistema de Áreas Verdes do Município

Fica instituído o Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'Água e Fundos de Vale compreendendo um conjunto de ações, sob a coordenação do Executivo, com a participação de proprietários, moradores, usuários e investidores em geral, visando promover transformações urbanísticas estruturais e a progressiva valorização e melhoria da qualidade ambiental da Cidade, com a implantação de **parques lineares** contínuos e caminhos verdes a serem incorporados ao Sistema de Áreas Verdes do Município. (Plano Diretor Estratégico- (PDE), Art. 106, 2002)

De acordo como Plano Diretor Estratégico de 2002 os Parques Lineares não funcionam apenas como áreas de lazer, mas também como instrumentos para a proteção da biodiversidade dos locais onde estão instalados. Portanto, estes equipamentos públicos se diferenciam dos parques urbanos comuns por esta função social e também por sua localização estar intimamente ligada aos corpos hídricos. Esta última especificidade lhe coloca algumas atribuições em relação às águas que, além da despoluição, prescrevem regulamentações do uso do solo nas áreas próximas aos rios:

[...] I - faixa de 15 (quinze) metros ao longo de cada uma das margens dos cursos d'água e fundos de vale, como área non aedificandi; [...] II - da planície aluvial com prazos de recorrência de chuvas de pelo menos 20 (vinte) anos e as áreas de vegetação

significativa ao longo dos fundos de vale do Município que juntamente com a área non aedificandi formarão os parques lineares. (Plano Diretor Estratégico- (PDE), Art. 109, 2002)

3.2 Intervenções urbanas propostas para a área de estudo

Esta espacialidade onde está o pesqueiro, classificada como ZEPAM em 2002 pelo Plano Diretor Estratégico (Lei 13.430/2002), está inserida em projetos da Prefeitura desde 2004 quando foi elaborado o Plano Regional Estratégico (PRE) da Subprefeitura da Penha. Neste Plano, foram propostos dois parques urbanos: nos limites da ZEPAM (Figura 1), foi planejado o Parque Municipal Águia de Haia e, no terreno ao norte desta delimitação, o Parque Linear Ponte Rasa. Atualmente, estes dois parques se encontram integrados em um mesmo projeto (Figura 8) que integra o programa de Urbanização de Favelas por meio do concurso de arquitetura denominado Renova São Paulo.

Este concurso, de abrangência nacional, foi criado pela Prefeitura de São Paulo por meio da Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), em 2011. O Renova SP integra o programa de Urbanização de Favelas da Sehab, portanto, os projetos selecionados apresentam ações de reurbanização de favelas além de propostas relacionadas à produção de áreas verdes com a implantação de Parques Lineares.

Foram traçados alguns perímetros denominados Perímetro de Ação Integrada – PAI para receberem os projetos selecionados no Renova São Paulo. Como mencionado no primeiro capítulo, entre os diversos PAI's traçados em toda a cidade foram selecionadas apenas 22 perímetros para receberem as primeiras intervenções urbanísticas do concurso. Como também já apresentado anteriormente, a seleção destes primeiros perímetros foi feita a partir do cruzamento de dados sobre precariedade de infraestrutura, áreas de risco, indicadores de vulnerabilidade social e de saúde.

O terreno onde está o pesqueiro integra o PAI Tiquatira 2 e está entre estes 22 perímetros iniciais. O projeto escolhido para o local é de autoria da arquiteta Virgínia Murad e foi aprovado em 2012.

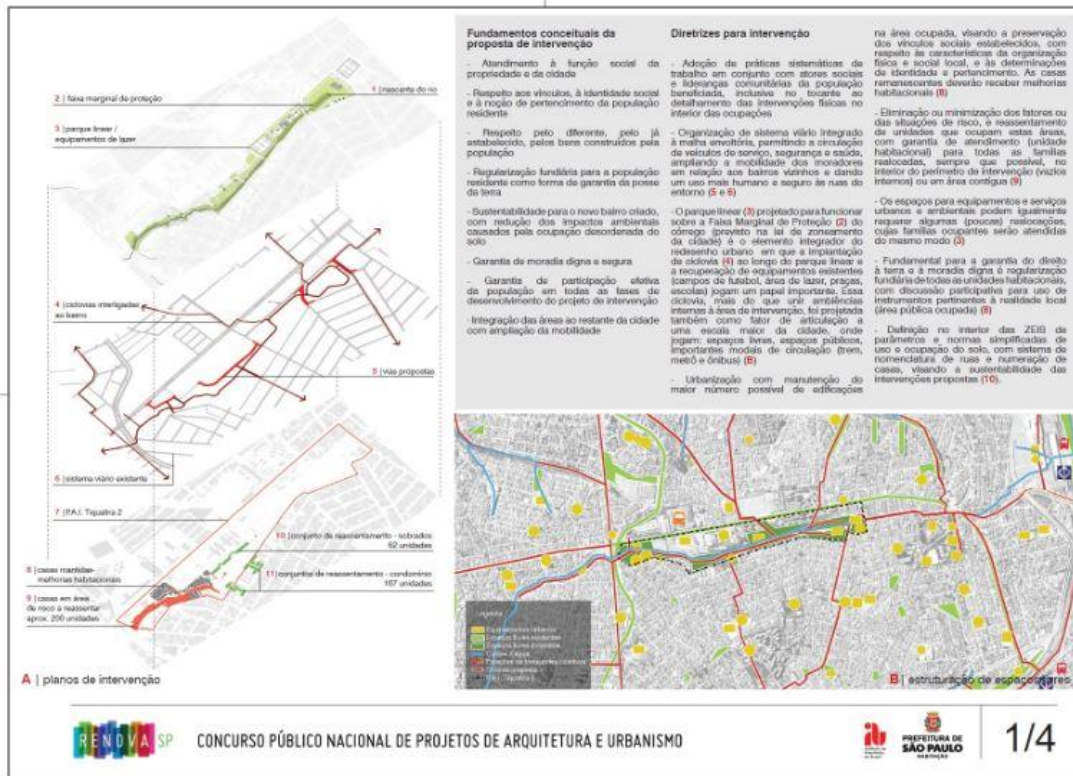


Figura 6 Projeto de Virgínia Murad 1º Lugar no Concurso Renova SP- Grupo 4 –Lote 18 - Tiquatira 2 . Fonte: site concursodeprojeto.org

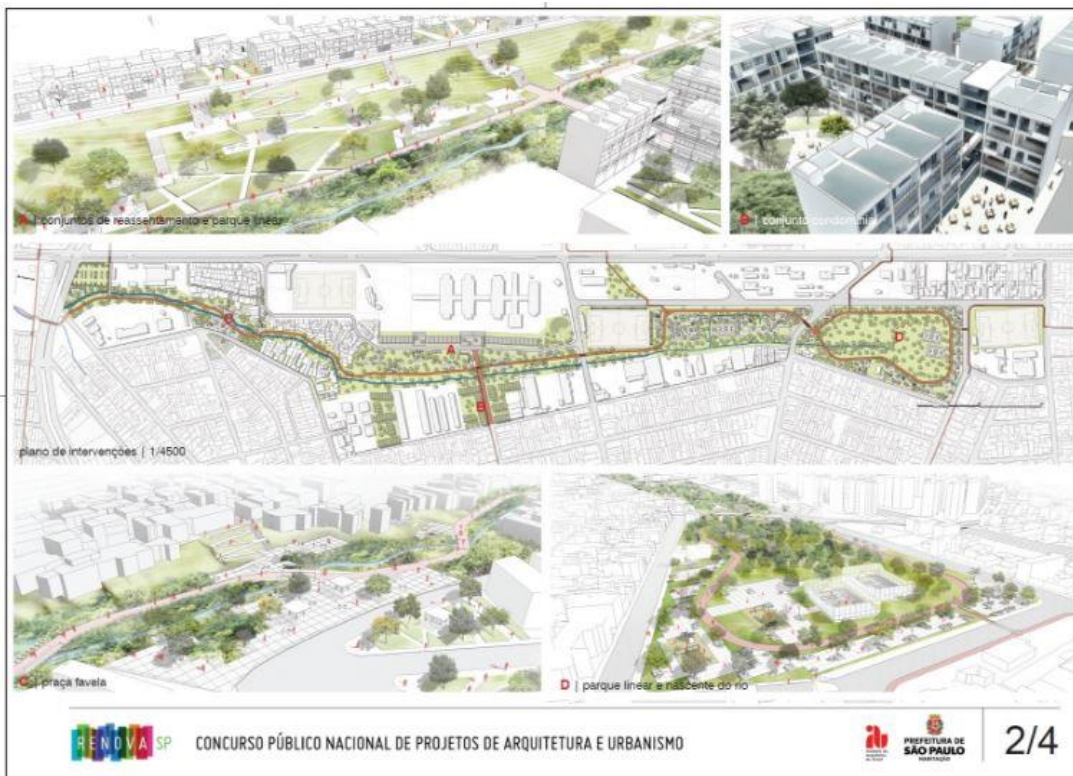


Figura 7 Projeto de Virgínia Murad 1º Lugar no Concurso Renova SP- Grupo 4 –Lote 18 - Tiquatira 2 . Fonte: site concursodeprojeto.org

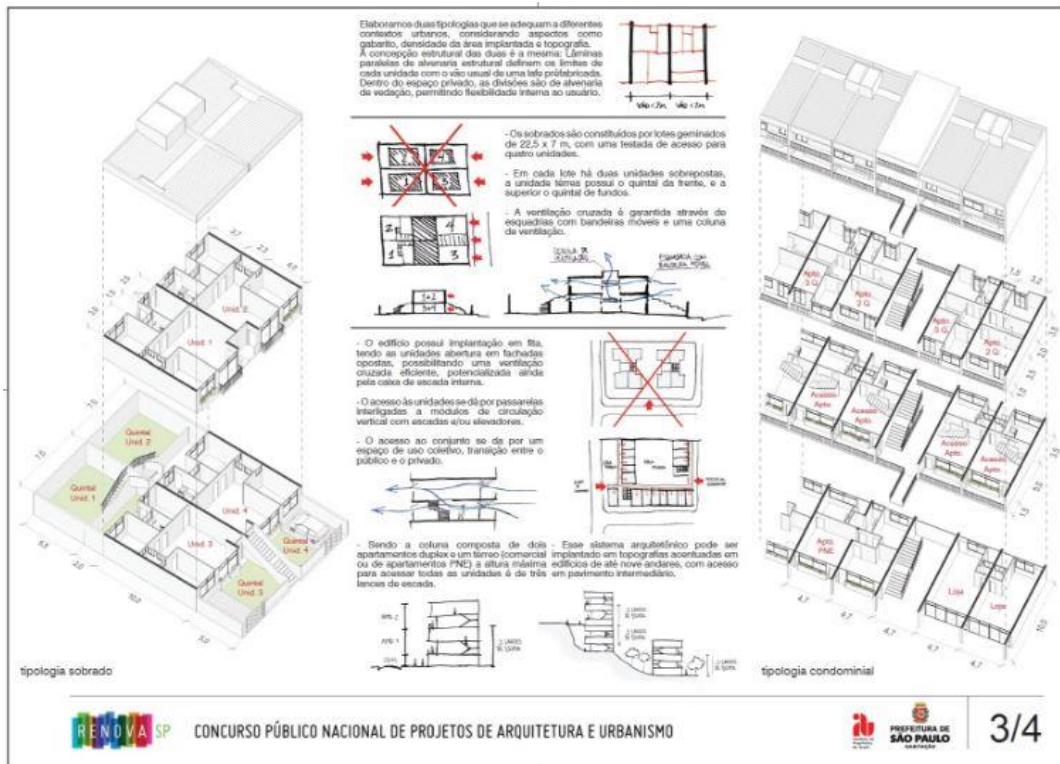


Figura 8 Projeto de Virgínia Murad 1º Lugar no Concurso Renova SP- Grupo 4 –Lote 18 - Tiquatira 2 . Fonte: site concursodeprojeto.org



Figura 9 Projeto de Virgínia Murad 1º Lugar no Concurso Renova SP- Grupo 4 –Lote 18 - Tiquatira 2 . Fonte: site concursodeprojeto.org



Figura 10 Croqui planta aérea, projeto de Virgínia Murad 1º Lugar no Concurso Renova SP- Grupo 4 –Lote 18 - Tiquatira 2 .
Fonte: site concursodeprojeto.org

No croqui da planta aérea (Figura 10) do projeto de Murad, podemos observar suas divisões identificadas pelas letras em cor vermelha. As letras D e A (polígono em cor laranja) se referem à espacialidade do que será o Parque Linear Ponte Rasa. A quadra com a letra D seria o espaço do antigo Parque Municipal Águia de Haia e aqui aparece como área integrante do Parque Linear; as quadras próximas à letra A, são espaços mistos entre condomínios residenciais compostos por sobrados para os reassentados e áreas verdes do Parque Linear. As quadras que compõem a legenda B integram os conjuntos de condomínios verticais para reassentados. A letra C está apresentada no projeto como “praça favela” que seria uma praça integrada aos conjuntos residenciais.

O Parque Linear Ponte Rasa é um projeto que se encontra ainda em planejamento como se pode observar na planilha de Parques Municipais existentes e propostos do PDE -2014 (Quadro 1).

PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO Quadro 7. Parques Municipais existentes e propostos Anexo à Lei nº						
CODIGO	SUBPREFEITURA	DISTRITO	NOME	SITUAÇÃO	CATEGORIA	ENDEREÇO
PQ_CT_05	CIDADE TIRADENTES	CIDADE TIRADENTES	MATA SETE CRUZES	EM IMPLANTACAO	URBANO	R. NAYLOR DE OLIVEIRA
PQ_CT_06	CIDADE TIRADENTES	CIDADE TIRADENTES	VILA DO RODEIO	EXISTENTE	URBANO	R. CACHOEIRA MORENA
PQ_EM_01	ERMELINO MATARAZZO	ERMELINO MATARAZZO	ERMELINO MATARAZZO (DOM PAULO EVARISTO ARNS)	EXISTENTE	URBANO	AV. ABEL TAVARES
PQ_EM_02	ERMELINO MATARAZZO	ERMELINO MATARAZZO	LINEAR MONGAGUA	EXISTENTE	LINEAR	R. FRANCISCO MENEGOLO
PQ_EM_03	ERMELINO MATARAZZO	PONTE RASA	PONTE RASA	EM PLANEJAMENTO	LINEAR	R. MARIA DAS DORES ABRANCHES

Quadro 1 Parques Municipais existentes e propostos. Plano Diretor Estratégico 2014.
Fonte: gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br

3.3 Parques Lineares como instrumentos de valorização do espaço

As ações dentro dos Perímetros de Ação Integrada são o resultado das parcerias entre a prefeitura e agentes privados geralmente ligados ao setor imobiliário, que são os maiores interessados nas obras que realizam os “melhoramentos” nos bairros.

No atual momento da economia, se observa a centralidade do processo de realização do capital financeiro pela produção do espaço urbano onde as parcerias entre o setor público e o setor privado (PPP's) funcionam como importantes ferramentas dentro deste processo. Ou seja, o Estado prepara o terreno para que empresas consigam efetivar seus projetos, pois é ele quem possui as terras e a possibilidade de mobilização, realiza as desapropriações, coloca parâmetros ambientais, cria as leis de zoneamento.

Neste contexto, do ponto de vista do urbanismo, o que se verifica é uma tendência geral de “desregulamentação da cidade,” com a flexibilização de leis de zoneamento, de potencial construtivo, no sentido de torná-la mais plástica e fluida para as possíveis inversões, empreendidas em fragmentos, abrindo fronteiras à valorização e tendo como premissa a participação do setor privado nas transformações. Assim, o que poderia parecer uma brecha do urbanismo no sentido do domínio do Estado sobre a cidade, vem a ser o domínio quase absoluto do mercado, em busca de efetivar a cidade como valor de troca, a partir de usos produtivos, mas direcionando seletivamente os investimentos, uma vez que a lógica é que a produção do “novo” na cidade, ou a sua reprodução, se constitua antes de tudo na reprodução do capital. (ALVAREZ, 2012, p.6).

Esta política espacial denominada Renova São Paulo, está vinculada a este movimento de produção do espaço urbano que reflete o processo de reprodução do capital. Segundo Lefebvre (2004) o capitalismo encontrou um “novo alento” na produção do espaço, nas grandes obras, ou seja, na especulação imobiliária e o urbanismo atua para encobrir esta “gigantesca operação”.

Neste sentido, a hipótese que se coloca é a de que o urbanismo, ao buscar a eficiência e a garantia de funcionamento da cidade, almeja contemplar os usos produtivos, aqueles para os quais e através dos quais, o valor pode ser produzido e realizado, minimizando as possíveis barreiras para esta circulação, qual seja as que contemplem a apropriação, pelos corpos, pela arte, pela politização. Evidentemente o Estado possui o monopólio da violência, da

coação e do território e, com isto, disciplina o uso da cidade. Mas, o urbanismo confere a esta possibilidade o discurso técnico e as soluções que delimitam os usos (seja para mantê-los ou renová-los) e justifica a segregação, ocultando interesses econômicos e a razão dominadora do Estado. (ALVAREZ, 2012, p.5).

Os Parques Lineares como equipamentos de promoção do lazer e como instrumentos de preservação dos recursos naturais, assim como definido no Plano Diretor de 2014, estão cada vez mais distantes de cumprir estes objetivos. Pode-se observar este distanciamento quando se analisa o que está planejado para o PAI Tiquatira 2. Neste planejamento espacial se percebe que a existência do Parque Linear Ponte Rasa está totalmente atrelada a execução das obras do projeto escolhido no concurso Renova SP, de Virgínia Murad. Portanto, se relaciona mais com os propósitos de requalificação urbana do que com a ideia de proporcionar lazer e fruição aos moradores do bairro.

Art. 273. Os parques lineares são intervenções urbanísticas associadas aos cursos d'água, principalmente aqueles inseridos no tecido urbano, tendo como principais objetivos:

I - proteger e recuperar as áreas de preservação permanente e os ecossistemas ligados aos corpos d'água; II - proteger, conservar e recuperar corredores ecológicos; III - conectar áreas verdes e espaços públicos; IV - controlar enchentes; V - evitar a ocupação inadequada dos fundos de vale; VI - propiciar áreas verdes destinadas à conservação ambiental, lazer, fruição e atividades culturais; VII - ampliar a percepção dos cidadãos sobre o meio físico. (Plano Diretor Estratégico PDE- Lei nº 16.050 de 31/07/2014 – Texto da lei ilustrado)

As mudanças propostas no projeto escolhido para o terreno onde está inserido o pesqueiro como a criação de novos eixos viários e novos padrões de uso e ocupação do solo iniciam o processo de valorização do espaço com a consequente segregação espacial. Estas “melhorias” trazidas pelas políticas espaciais tendem a elevar os valores da propriedade da terra o que impossibilita a reprodução social daqueles que não possuem uma renda compatível com esta nova realidade urbana. Ou seja, como a população que vive nas duas favelas presentes neste território de intervenção (PAI), Oeste de Itabaiana e Favela da Fatec, conseguirão se inserir neste novo desenho de bairro que está proposto?

4. O pesqueiro

O uso desta porção do território para o lazer se iniciou em meados de 2011 quando alguns moradores construíram o tanque para utilizar a água da nascente do rio Ponte-Rasa. A ideia partiu de Seu Zé Calixto, Adeílton, Seu Zé dos Bichinhos (ganhou este apelido por conta de ele e sua família fabricarem e venderem bichos de pelúcia na garagem de sua residência) e Seu Wilson, moradores dos bairros Jd. Coimbra e Cid. A. E. Carvalho. Este processo de escavação do lago se deu de forma artesanal e coletiva.

Pegamos a enxada e fomos devagarinho abrindo o buraco. Primeiro fizemos um laguinho pequeno bem perto da bica, pra segurar a água. Depois fomos cavando esse lago. Tinha uns tratores trabalhando no terreno e daí pedimos para ele nos ajudar a cavar, mas ele só deu uma ajuda mesmo o resto fomos nós que fizemos, no braço. (entrevista cedida por seu José Calixto em 12 de abril de 2017)

A forma coletiva de ação não ficou restrita apenas à construção do lago, as atividades que se seguiram posteriormente também foram dentro desta lógica. Com os peixes, me disse Adeílton, cada pessoa trouxe um tipo: Bagre Africano, Tilápia, Pacu, Tambaqui e outros. Contou-me também, que precisaram juntar dinheiro entre eles para conseguirem comprar a máquina utilizada na oxigenação da água. Sobre este processo, ele explica que:

Primeiro conseguimos uma máquina a gasolina, mas ia muita gasolina. Precisa ficar ligada duas horas, mais ou menos, para a água ficar boa. Daí, fizemos uma vaquinha com o pessoal do bairro e com os pescadores que vêm aqui e compramos uma máquina elétrica. A gente liga ela de duas em duas semanas... A gente contribui na conta de luz do rapaz ali que concordou em emprestar a tomada. (entrevista cedida por Adeílton em 21 de Abril de 2017)

A insistência no caráter coletivo das ações que envolvem e envolveram a constituição do pesqueiro é proposital, pois são anúncios de uma forma ativa nas decisões do uso que o espaço adquire. Ou seja, já mostra certa ressignificação na forma de se relacionar com o espaço já que não esperaram a ação da prefeitura para poderem utilizar o local. Transformaram-no para o uso do lazer.

Com o início da pesca esportiva² em 2011 o local começou a ser bastante frequentado. Além dos moradores do redor vieram pessoas de bairros relativamente distantes como o bairro da Penha, por exemplo, que está a sete quilômetros dali. Seu Zé Calixto contou que em 2014 começaram a pensar em construir outro lago para poder comportar o número de frequentadores. Quando colocou em prática esta ideia, juntamente com os mesmos idealizadores do primeiro lago, conseguiram ajuda formal da subprefeitura da Penha que enviou um trator para ajudar na escavação. Na verdade, se pode chamar de um prolongamento do lago anterior, pois no início de 2016 as fortes chuvas e constantes de verão transformaram os dois lagos em apenas um, como mostra a figura 11.



Figura 11 Pesqueiro Jardim Coimbra. Fonte: Denis Tamion 12/05/2017

² Pesca esportiva ou pesca recreativa é a pesca que se pratica enquanto atividade de lazer, sem que dela dependa a subsistência do pescador. Também se pode chamar de pesca de lazer ou pesca amadora. Uma das modalidades mais populares da pesca desportiva é a praticada utilizando-se apenas vara de pesca, linha de pesca, anzol e isca artificial. Fonte: Wikipedia.



Figura 12 Pesqueiro Jardim Coimbra. Fonte: Denis Tamion 12/05/2017



Figura 13 Pesqueiro Jardim Coimbra. Fonte: Denis Tamion 12/05/2017

4.1 Fatores que permitiram o uso do espaço pelo pesqueiro

Logo de início, a questão que nos intriga é como este terreno público se manteve por longos períodos sem ocupações irregulares. Um fator que nos aparenta ser o mais marcante para isso ter ocorrido remete ao uso pretérito que foi dado a este espaço. Como já mencionado neste trabalho anteriormente, a chácara permaneceu por mais de 40 anos neste local.

Talvez o fato de manter o terreno com alguma atividade cotidiana tenha inibido a ocorrência de favelas nesta porção do território. É possível que, de início, a Prefeitura não soubesse da existência da chácara ou simplesmente tenha sido conivente. Mas com a intensificação do processo de favelização na década 70 é provável que a intenção do poder público tenha sido a de impedir a formação de favelas com a permanência da chácara. Sobre este fato Nabil Bonduki explica:

As primeiras favelas de São Paulo e a intensificação do crescimento das favelas no Rio de Janeiro ocorrem exatamente nesta conjuntura nos primeiros anos da década de 40 ocupando terrenos públicos e abrigando famílias despejadas ou migrantes recém-chegados. Em São Paulo, no entanto, ao contrário do Rio de Janeiro, as favelas não logram expandir-se em larga escala até a década de 70, tanto em decorrência de sua estigmatização como pelo fato de que, em São Paulo a alternativa da casa própria em loteamentos periféricos tornou-se viável. (BONDUKI, 1994, p. 729)

Ao se observar atualmente a localização das duas favelas existentes no terreno, Agreste de Itabaiana e Favela da FATEC esta hipótese ganha um pouco mais de relevância. Nenhuma delas está inserida nos limites onde antes existia a chácara.

As conversas com alguns os moradores trouxeram importantes informações para ajudar na formulação desta hipótese. A constatação da presença de duas residências dentro dos limites do terreno público onde se encontra o pesqueiro nos amplia estas formulações. Nas conversas pude verificar que a finalidade da subprefeitura em manter essas famílias residindo no local é a de impedir a construção de novas moradias irregulares. Esta informação parece complementar a hipótese de intenção em proteger o espaço. Permite-nos também enxergar certa

continuidade dentro deste processo, primeiramente de forma indireta com o “acordo” para a permanência da chácara e atualmente, de forma mais direta, com a existência das duas moradias dentro do território.

Outro fator importante que merece destaque para se compreender como foi possível a constituição do pesqueiro no espaço foi a forte cultura da pesca no bairro Cidade A. E. Carvalho. Sem ela, o uso do espaço poderia ser outro. Um fato que ilustra isso foi quando estive em campo para conversar com um dos idealizadores do pesqueiro. Cheguei à casa de Zé dos Bichinhos (este apelido é porque em sua residência ele vende bichos de pelúcia) e fui informado pela sua esposa que ele estava em Mogi das Cruzes em uma pescaria com amigos do bairro. Muitos moradores, principalmente os mais antigos, formaram esta cultura da pesca em um momento histórico em que as forças do capitalismo ainda não haviam destruído por completo a possibilidade de se relacionar com as águas. Percebe-se aqui, novamente, as sobreposições, mas desta vez de temporalidades. Os costumes das pessoas mais velhas colocando outros parâmetros para o lazer dos mais novos através deste novo uso que foi dado ao espaço.

“O espaço social e, sobretudo o espaço urbano aparecem, a partir de então, em sua multiplicidade, comparável àquela de um “folheado” (a do doce denominado “mil-folhas”), bem mais que à homogeneidade-isotropia de um espaço matemático clássico (euclidiano-cartesiano)”. (LEFEBVRE, 2006, p.75).

Na transição do espaço que tinha seu uso destinado ao trabalho para o espaço do lazer, ou seja, da chácara para o pesqueiro, há o período em que o terreno permanece “ocioso”. Segundo Adailton, um dos idealizadores do pesqueiro, em 2006 os japoneses pararam de plantar no terreno. Disse que com a morte dos mais velhos esta atividade se encerrou e as pessoas mais novas da família não seguiram esta profissão. Nesse mesmo ano se inicia o uso do local para a deposição irregular de entulho, atividade que permaneceu até meados de 2008/2009.

De acordo com os moradores, o período de quase três anos em que os caminhões estiveram entrando e saindo do terreno carregando entulho foram prejudiciais para a vivência no bairro. Além da sujeira e do barulho, os caminhões danificaram o calçamento, pois as calçadas não eram rebaixadas para a passagem

de veículos. Outra consequência que este uso do terreno trouxe para o bairro foi o aumento da violência. Assaltantes passaram a utilizar os montes de entulho como esconderijo para surpreenderem os moradores. Contou - me seu Zé Calixto, outro idealizador do pesqueiro, que certa vez foi abordado enquanto abria o portão de sua garagem, por assaltantes que estavam escondidos atrás das montanhas de entulho.

A forma como se deu esta atividade irregular não é um assunto muito permeável nas conversas que tive com alguns frequentadores do pesqueiro e moradores do bairro. O fato é que o entulho, conhecido tecnicamente como Resíduos da Construção Civil (RCC), necessita ser depositado em local regularizado com normas ambientais específicas.

Art. 4º Os geradores deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

"§ 1º Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei. (Resolução CONAMA 307/2002 - alterado pelas Resoluções nº 348/2004, 431/2011, 448/2012 e 469/2015)

A Resolução CONAMA 307/2002 (alterado pelas Resoluções nº 348/2004, 431/2011, 448/2012 e 469/2015) separa os RCC's em algumas classes:

Art. 3º Os resíduos da construção civil deverão ser classificados, para efeito desta Resolução, da seguinte forma:

I Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem; b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto; c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso;

III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação;

IV - Classe D - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde. (Resolução CONAMA 307/2002 - alterado pelas Resoluções nº 348/2004, 431/2011, 448/2012 e 469/2015)

Não é nosso objetivo exercer a função investigativa neste trabalho de conclusão de curso, o que nos ilumina o pensamento é o emaranhado de relações sociais que o espaço está inserido. Neste caso específico, se percebe a ação conjunta entre empresas ligadas ao ramo da construção civil e algum ator relacionado ao Poder Público. Ou seja, as empresas utilizaram o local para descarregar os caminhões de entulho e posteriormente a prefeitura realiza o nivelamento do terreno com este material.

Poderia ser classificado como uma ação inteligente se não fossem as consequências ambientais drásticas para o solo e para as águas que estão em contato com os RCC's. Como não existiu nenhum tipo de controle sobre qual material estava sendo depositado no terreno, há possibilidade de terem sido depostos resíduos de Classe D, por exemplo. O que pode ter fixado no solo elementos nocivos a saúde humana e a natureza como os metais pesados: Chumbo, Arsênio, Mercúrio e outros.

Com o fim das atividades de deposição irregular de entulho, o terreno permaneceu ocioso até 2011, quando se inicia a atividade recreativa com a água da nascente do Córrego Ponte Rasa. Única movimentação que ocorreu neste período foi o nivelamento do terreno utilizando o material deposto irregularmente no local.

Algumas continuidades e descontinuidades se apresentam nos usos que este espaço adquiriu no decorrer da história, mas imperceptíveis na esfera do visível. (LEFEBVRE, p 73, 2006). Primeiramente, se pode colocar a imigração japonesa no Brasil como uma descontinuidade na vida dos nipônicos que foram obrigados a deixar seu país de origem, por conta da segunda guerra, para tentar a sorte aqui no Brasil. Assim como a atividade de deposição irregular de entulho significou a continuidade da lógica do lucro no uso do espaço público, já que a chácara gerava renda para algumas famílias que plantavam no local. Da mesma forma, o uso do

espaço para a prática do lazer representa a descontinuidade na questão do uso relacionado ao valor de troca, presente nas duas atividades anteriores ao pesqueiro.

A Figura 14 é para auxiliar na visualização dos usos que o espaço já teve até o momento atual. O polígono de cor azul é a delimitação do lago onde se exerce a pesca esportiva atualmente. Ao se observar esta figura, se percebe em 2001 a atividade agrícola em exercício; em 2006, já se vê na foto aérea o início da deposição de entulho. Em 2007, a figura mostra esta atividade em pleno exercício. As montanhas de resíduos são bastante perceptíveis na imagem aérea. O quadro que apresenta o ano de 2008 revela o período ocioso, citado no texto, quando ocorre o nivelamento do terreno a partir do material deposto. A coloração esbranquiçada da foto mostra este material espalhado pelo local. Por ultimo, o ano de 2016 que mostra o uso atual do espaço pelo pesqueiro.



Figura 14 Sequência de fotos extraídas do Google Earth que mostra os usos que o espaço já teve até o uso atual. O polígono de cor azul é a delimitação do lago onde se realiza a pesca esportiva.

4.2 Uso do espaço e do tempo (o bairro e a pesca)

Como apresentado anteriormente, foram as relações típicas da vida de bairro que favoreceram a construção do pesqueiro. Esta constatação nos coloca o trabalho de localizar o conceito de bairro que buscamos neste presente estudo. Segundo Seabra (2000), além dos nexos de vizinhança, de parentesco e de compadrio, outro fator importante para caracterizar o bairro, é o uso do tempo lento.

Mas, como afirmar a existência de uma localidade com relações sociais pautadas no uso do tempo lento – comuns à vida de bairro – em uma metrópole onde as formas de apropriação do uso do tempo, pela lógica do trabalho, transformaram o ‘tempo’ em tempo produtivo? Ou seja, os imperativos da aceleração

do uso do tempo interferem nas relações sociais e espaciais fazendo com que “as identidades se libertem dos enraizamentos territoriais dos quais o bairro foi na história urbana o nível mais elementar”. (SEABRA, 2000, p 17). É nesta complexidade de relações sociais, das quais o uso do tempo é fundamental, que posicionaremos a categoria de bairro. Porém, acreditamos que este uso do tempo de maneira mais lenta se apresenta como um resquício, portanto só é possível “falar sobre bairro e seus *traços remanescentes*, mas impossível recriá-lo”. (SEABRA, 2000, p 17). (grifo nosso)

As formulações sobre o uso do tempo lento, típico da vida de bairro, construídas por Seabra (2000), foram elaboradas a partir da análise de bairros que tiveram sua gênese ligada aos núcleos de povoamento antigo, especificamente entre as localidades de Santana à Nossa Senhora do Ó. Portanto, uma lógica distinta daquela que motivou a criação da Cidade A. E Carvalho e do Jardim Coimbra, que têm sua formação dentro do contexto dos loteamentos periféricos, década de 1950, uma lógica que obedecia a outro movimento, o da circulação do capital, a lógica do especulador.

Na Zona Norte de São Paulo, de Santana a Nossa Senhora do Ó, neste século, existiam sítios e roças de caboclos – caipiras. O isolamento desta área, por ter ficado fora dos fluxos de circulação que a economia cafeeira criara, é que permitiu tais persistências. (SEABRA, 2000, p.12)

Mas, a partir da observação e da vivência com os moradores destes locais se nota que apesar da gênese distinta entre os bairros analisados por Seabra (2000) e estes colocados por nós, é possível, também, dizer que na Cidade A. E. Carvalho e no Jardim Coimbra há persistências relacionadas ao uso do tempo lento. Pode-se colocar que a prática da pesca se apresenta como uma persistência no tempo como “traços remanescentes” de uma época onde ainda era possível realizar esta atividade. E que ela sobrevive no tempo por conta da sociabilidade promovida pela vida de bairro, neste caso, através das pessoas mais velhas.

O costume da pesca, se é que se pode colocar desta forma, é bastante presente no espaço social destes dois bairros por meio de homens com faixa etária acima dos 50 anos. Uma prática comum eram as pescarias fora de São Paulo

geralmente organizadas pelos vizinhos para outros municípios da Região Metropolitana ou também para o litoral paulista. São várias recordações que trago comigo de meu tio e os vizinhos chegando das pescarias com os isopores cheios de peixe e minha avó os limpando no tanque. Churrascos com os peixes na porta do bar, também eram frequentes no bairro.

Nas conversas com os frequentadores do pesqueiro perguntei sobre as pescarias que os mais velhos organizavam antigamente. Chamou-me a atenção as respostas parecidas sobre a pouca frequência desta prática na atualidade, me disseram que no máximo saem de São Paulo duas vezes por ano para pescar. O motivo da diminuição apresentado por eles foi a morte daqueles que faziam as viagens e a não continuidade pelos mais novos.

Questionamos a palavra ‘costume’ para falar da pesca nestes bairros, pois esta expressão lembra a ideia de frequência, de constância de determinada ação. A pesca na Cidade A. E Carvalho e no Jardim Coimbra parece habitar mais a esfera das recordações, do imaginário, do que as experiências concretas, pois como dito pelos frequentadores do pesqueiro, as saídas de São Paulo para as pescarias são feitas duas vezes por ano, apenas. Talvez por isso a existência do pesqueiro se torne importante para o espaço social do bairro, pois ela traz para a esfera do vivido diversas temporalidades. Seja ao promover um encontro de gerações: no pesqueiro do bairro, jovens e crianças também participam da pesca recreativa. Seja na ressurgência cotidiana de uma prática que, há tempos, não habita mais a vida da cidade.

4.3 Apropriação social do espaço

A maneira como os moradores se organizaram para atuar no espaço e assim construir o pesqueiro demonstra um caráter de apropriação social das águas. Assim como colocou Seabra (1996), o momento da ‘apropriação’ “inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo, o prazer: em uma palavra, a possibilidade da obra” (SEABRA, 1995, p73) que opõe o momento ‘racional’ “o da dominação pela técnica, pelos instrumentos, pela lógica” (SEABRA, 1995, p73). Fazendo uma aproximação destas formulações com o objeto deste trabalho, pode-se colocar que o pesqueiro

representa de certa forma, o momento da **apropriação** e o parque linear, que está proposto para o local, o momento do **racional**.

A racionalidade não está presente apenas no planejamento espacial do poder público – neste caso, materializada no parque linear, ela é o fundamento que erigiu o espaço dos bairros aqui referidos. Talvez não exista o ‘momento da apropriação’ deslocado do ‘momento racional’ dentro da metrópole paulista, mas ressurgências pontuais de experiências que manifestam o uso qualitativo do espaço.

“Fizemos isso aqui (o pesqueiro) para os mais novos que estão sem fazer nada... para dar uma atividade pra eles. Mas tem pessoas de todas as idades. Você tá atoa no bairro e vem aqui pega a varinha, a linha... Fica a tarde toda aí pescando, conversando, é bonito de ver”. (entrevista cedida por seu José Calixto em 12 de Abril de 2017).

Este movimento de apropriação social do espaço que transformou as relações sócioespaciais foi realizado de maneira informal, sem autorização da Secretaria do Verde e Meio Ambiente da prefeitura de São Paulo. Em realidade, o pesqueiro não tem a formalização legal para existir, mas quando visitado por técnicos da Subprefeitura da Penha³, em 2003, obteve uma autorização informal. Ou seja, a prefeitura permitiu a existência do pesqueiro chegando até a mencionar a possibilidade de incluí-lo no projeto do parque linear⁴.

É possível notar a presença de contradições, já que a autorização informal é feita pelo órgão responsável por regulamentar o uso deste espaço. Há, portanto, o que podemos denominar de um acordo informal entre o poder público e a comunidade local junto aos frequentadores do pesqueiro que mantém ativa a prática da pesca esportiva no local.

Esta ‘formalização informal’ do espaço se apresenta apenas quando se conversa com os idealizadores do pesqueiro, ou seja, ela não está visível nas formas do espaço: não há presença de grades/ muros que impeçam o acesso, não há serviços de guarda, a limpeza e a manutenção do local são feitos por eles

³ A visita ocorreu em 2013, na gestão em que se encerrou em 2016. Até o momento que realizei as conversas com os moradores (Janeiro a Maio de 2017) os técnicos da gestão atual, que se iniciou em 2017, ainda não haviam visitado o local.

⁴ Segundo informações de moradores que presenciaram as falas dos técnicos da subprefeitura e do prefeito sobre a permanência do lago.

próprios. Este caráter informal presente nas relações que definiram o uso do espaço se mostra, também, na prática espacial que envolve o pesqueiro.

Tem uns meninos que começaram a vir aqui pra queimar um cigarrinho... a gente foi lá e disse: olha vocês podem fazer isso que vocês fazem, mas faz um pouquinho mais afastado... Falamos e o pessoal respeitou. Sempre na conversa, na tranquilidade. (entrevista cedida por seu José Calixto em 12 de Abril de 2017).

As relações não são informais, são orgânicas, essenciais para a permanência da atividade da pesca no local. Diferente de um parque público, por exemplo, onde seu funcionamento não está intimamente ligado ao exercício de relações sociais. Há quem faça a segurança, a limpeza, os portões controlam o acesso. As relações nestes espaços, portanto, são mediadas pelo oferecimento dos serviços, pela institucionalização do espaço.

Não se pretende sobrevalorizar as relações sociais exercidas no pesqueiro e nem colocá-las como uma experiência inédita com o espaço dentro da cidade, pois acreditamos que esta espontaneidade, presente nestas relações, é conjuntural. Ou seja, é fruto deste movimento coletivo de apropriação social do espaço, pois assim como mencionou Seabra (1996), o processo social e as relações de propriedade tendem a se sobrepor ao 'ser espontâneo dentro da metrópole paulista.

[...] o homem como ser espontâneo tende a recuar, uma vez que a facticidade do processo social vence e que essa energia vital se reelabora de um ponto de vista humano, à proporção que as relações de propriedade invadem domínios amplos de existência e prescrevem identidades e coerências. (SEABRA, 1996, p.73.)

A relação estabelecida com o espaço a partir do pesqueiro proporcionou novas experiências socioespaciais, que eram praticamente impossíveis de serem exercidas quando o antigo uso do terreno estava em atividade (deposição irregular de entulho). Podemos então colocar que a questão do uso é fundamental para o direcionamento das relações sociais com o espaço. Neste caso, específico, a transformação de um terreno - que para os vizinhos era baldio e que para nós era utilizado para a geração de renda através da deposição irregular de entulho - em espaço de lazer dá a este espaço um novo significado. Ressignificação que se apresenta desde a construção do próprio espaço até as relações exercidas dentro

dele. Ou seja, o que se apresentava como problema para a população do bairro se tornou um local de encontro, de convívio.

Interessante de se pensar que o tema da atividade em si é secundário do ponto de vista da ressignificação qualitativa do espaço. O importante para este intuito é a forma como se incide sobre o espaço para dar-lhe um novo uso. Isto é, aconteceu com a água, neste caso, por conta de alguns fatores que pré-estabeleciam esta prática: presença de água em abundância e a forte cultura da pesca presente no espaço social dos bairros próximos. Mas em outros lugares, por exemplo, temos os saraus de literatura, realizados em bares na periferia paulistana, que deram novo significado a estes espaços através de um novo uso. Da mesma forma acontece com o futebol de várzea, com o grafitti, a capoeira e outras tantas atividades que podem ser realizadas com o intuito de ressignificar os espaços através do uso.

4.4 Noções sobre natureza

Por conta da temática abordada neste trabalho se relacionar diretamente com a água, enxergamos a necessidade de discorrer sobre o conceito de natureza. Acreditamos que na metrópole paulista a natureza cósmica, original do mundo, foi transformada em natureza social e histórica que originou, segundo Seabra (2003), uma “segunda natureza”.

Há imensa dificuldade em aceitarmos que a natureza se explicita como História. É difícil seguir esse caminho até porque vamos no sentido de compreender a natureza natural do mundo como exterior e independente do mundo humano. Em verdade é preciso compreender que como fragmento a natureza original do mundo vai integrando o mundo humano. Há que ser desnaturalizada essa relação para começar a compreender que por esse processo, exatamente o contrário se realiza, vai se definindo uma natureza social do mundo. Agora sim como uma segunda natureza concebida estratégica e politicamente. (SEABRA, 2003, p.312.)

Esta natureza histórica parece ser a única a ser considerada por nós como possível dentro da discussão do espaço urbano. Após a fase de incorporação da

natureza in natura, cósmica, original do mundo ao processo produtivo como matéria prima e como receptáculo, no caso dos rios, de rejeitos industriais, na atualidade se observa este movimento atrelado ao processo de produção do espaço urbano. Ou seja, podemos dizer que a natureza se apresenta como instrumento para potencializar as obras que valorizam o espaço através do discurso de qualidade de vida urbana. Serve como estratégias estatais e privadas, como mencionou Lefebvre:

Estes espaços são produtos. A partir de uma “matéria-prima”, a natureza. São produtos de uma atividade que implica o econômico, a técnica, mas vai bem além: produtos políticos, espaços estratégicos. (LEFEBVRE, 2006, p.75).

O que propomos nesta análise não é o purismo do discurso ambiental que busca a relação com a natureza original, cósmica. É entender que no território observado a relação com o meio ambiente, no espaço urbano, é permeada por relações históricas e sociais cheias de contradições. É preciso inverter a visão romantizada, sem deixar de enxergar que há, nas possibilidades de uso de forma qualitativa do espaço, um respiro, onde o lúdico e o sentido comunitário ganham força.

Assim sob o primado do ambientalismo, na mesma medida que este movimento produz uma “vontade” de controlar o desperdício, de orientar o progresso econômico sob os princípios de qualidade total e sustentabilidade – os quais supostamente interessam a sociedade inteira -, irremediavelmente se está naturalizando o processo social. Tanto que, por este caminho, discute-se os processos como se não existissem sujeitos históricos.(SEABRA, 2003, p.308)

Por fim, acreditamos que os argumentos ambientais tendem a colocar a natureza fora dos processos sociais, como se fosse possível pensar o espaço sem os sujeitos históricos. Se fôssemos pelo caminho das regulamentações ambientais para tratar deste objeto, a prática da pesca estaria proibida já que o pescador está inserido em uma ZEPAM (Zona Especial de Proteção Ambiental), o que significa dizer que o uso da água neste território estaria sob a responsabilidade do poder público. Logo não teríamos na composição da tessitura social do bairro as ações promovidas pela prática da pescaria.

5. Conclusão

Apreende-se desta análise que a relação dos moradores do Jardim Coimbra e Cidade A.E. Carvalho com o pesqueiro é um exemplo do que chamamos de apropriação social do espaço, onde se estabelece uma relação de proximidade e de identificação com o lugar. Diferente da relação possibilitada pelo processo de construção do Parque Linear. Conforme apresenta Mariana Correia Soares em sua tese de mestrado orientada pela FAU, após analisar os 16 Parques Lineares implantados na cidade até 2014, constatou que a constituição destes equipamentos ocorre sem a realização do diagnóstico socioambiental do entorno e de forma não participativa.

Não houve, em nenhum dos casos avaliados, um processo de participação pública na elaboração e no desenvolvimento do projeto, tanto em relação aos parques lineares implantados pelas subprefeituras, quanto em relação àqueles implantados pelas secretarias. Faltou uma estratégia que orientasse a participação pública ativa, para além da simples consulta ou divulgação de informação, de modo a configurar um processo participativo que contribuísse com o planejamento e a implantação do parque linear, tendo como perspectiva sua futura gestão. (SOARES, 2014, p.98)

Da mesma forma, em nenhum dos casos foi realizada uma caracterização ou um diagnóstico socioambiental prévio da área e de seu entorno, abordando aspectos demográficos locais, existência de equipamentos e serviços públicos, projetos ou programas com alguma interface com o parque. (SOARES, 2014, p.99)

Historicamente, na cidade de São Paulo, os rios e as várzeas eram espaços de sociabilidade dos paulistanos. De certa forma, a experiência encontrada no pesqueiro traz esta memória. Ele reconecta as pessoas com as águas e remete a uma temporalidade onde rios e várzeas eram ponto de encontro e espaço de lazer compartilhado pela população pobre.

Tão significativo quanto a relação com a água, é a forma como os moradores atuam na permanência do pesqueiro, fortalecendo relações de vizinhança. Isso não acontece sem algum grau de autonomia e participação. Tal movimento, que traduzimos como apropriação social, só se torna possível quando esta proximidade da comunidade com o espaço se realiza.

Apesar de a prática da pesca ser resultado da apropriação social do espaço e representar uma relação qualitativa com ele, não há como escapar das contradições próprias da metrópole. Como foi detalhado no capítulo anterior, o terreno onde atualmente está o pesqueiro funcionou por quase três anos como local de deposição irregular de Resíduos da Construção Civil (RCC), mais conhecido como entulho. Como dito antes, o uso de um espaço para este fim sem o devido controle traz danos ao solo, como a fixação de metais pesados advindos de resíduos de Classe D⁵, o que pode ser nocivo para a saúde humana caso ocorra algum tipo de contato com estes elementos. De certa forma, a atividade da pesca faz com que aconteça esta relação direta com o solo através do contato com a água e que pode se tornar mais nocivo caso ocorra a ingestão destes peixes.

Além disso, o terreno onde está localizado o pesqueiro pertence a uma Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM), que, entre outros objetivos, tem como principal função proteger os remanescentes de mata atlântica e as nascentes. Não podemos afirmar que a atividade de deposição irregular de entulho tenha tido aval ou consentimento de algum ator relacionado ao Poder Público, mas causa estranheza a quantidade de material que foi deposto e o longo período que esta ação permaneceu ativa. Como base para o nivelamento do terreno, este material foi deposto irregularmente, num local onde há presença de nascentes. O que é gravíssimo do ponto de vista ambiental.

Outra conclusão que se chega é a importância da teoria geográfica relacionada ao urbano sem a qual não seria possível discutir o espaço através da história de seus usos. Neste sentido, apesar desta relação social com a nascente do córrego Ponte Rasa, o uso anterior do espaço contaminou o solo e consequentemente também as águas. Ou seja, por mais que tenha ocorrido esta significativa transformação do espaço através de um novo uso, o lazer com a água encontra limites por conta do histórico de uso.

⁵ Classe D - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde. (Resolução CONAMA 307/2002)

Referências Bibliográficas

- ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. O urbanismo como discurso e prática da produção capitalista do espaço. Belo Horizonte. UFMG. 2012.
- AVERSAN, Débora Regina. Em busca de um lugar na metrópole. Cotidiano e vivências na Cidade A. E. Carvalho. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana FFLCH - USP, 2008
- BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. *Análise Social*. Vol. XXIX. 1994.
- CUSTÓDIO, Vanderli. Escassez de água e inundações na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo. Humanitas. 2012.
- LEFEBVRE, H. O direito à Cidade. São Paulo: Editora Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, H. A produção do espaço.
- MIGLIACCI, Marcella Carmona Wahl Rontani. Os parques lineares na dinâmica do espaço urbano na periferia – o caso do Parque Linear do Córrego do Rio Verde em Itaquera – São Paulo. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana FFLCH - USP, 2016.
- MORAES, Amanda de Lima. Memórias da população negra na cidade de São Paulo: Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1725- 1904). Trabalho de Graduação Individual – TGI. Geografia FFLCH – USP. 2017.
- PERES, Elena Pájaro. Exuberância e Invisibilidade. Populações Moventes e Cultura em São Paulo – 1942 ao início dos anos 70. Dissertação de Doutorado em História Social FFLCH - USP, 2006.
- RODRIGUES, Arlete M. e SEABRA, Manoel. Habitação e Espaço Social na Cidade de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 64, p. 19-58, 1986.
- ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço é político. In: Lúcio Kowarick. (Org.). *As Lutas Sociais e a Cidade*. São Paulo: Paz e Terra / UNRISD, 1988.
- SEABRA, Odette Carvalho de L. Meandros dos rios nos meandros do poder: Tiete e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- SEABRA, Odette Carvalho de L. A insurreição do uso. Henri Lefebvre e o retorno à dialética. Org. José de Souza Martins, São Paulo, Hucitec, 1996.
- SEABRA, Odette Carvalho de L. Bairros e Vizinhança. *Travessia – revista do migrante*. Publicação do CEM (Centro de Estudos Migratórios) – Ano XIII número 38. São Paulo, 2000.
- SEABRA, Odette Carvalho de L. Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: Amália Inês Geraiges Lemos e Ana Fani Alessandri Carlos (orgs).

Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. Editora Contexto, São Paulo, Brasil, 2003.

SEABRA, Odette Carvalho de L. Urbanização e industrialização: rios de São Paulo. Labor & Engenho, Campinas [SP] Brasil, v.9 n.1, p.37---48, jan./mar 015. Disponível em: www.conpadre.org.

SILVA, Daiana Mendes Machado. A Associação Atlética Anhanguera e o futebol de várzea na cidade de São Paulo (1928 – 1950). Dissertação de Mestrado em História Social FFLCH - USP, 2013.

SOARES, Mariana Corrêa. Parques Lineares em São Paulo: uma rede de rios e áreas verdes que conecta lugares e pessoas. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. FAU - USP, 2014.

Documentos

SÃO PAULO. Lei nº 13.430, de 13 de Setembro de 2002. Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo.

SÃO PAULO. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Revisão do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo.

